



ESTUDOS SOBRE A HISTÓRIA DAS MULHERES EM PORTUGAL: AS GRANDES LINHAS DE FORÇA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI¹

STUDIES ON THE HISTORY OF WOMEN IN PORTUGAL: MAJOR TRENDS IN THE 21ST CENTURY

ESTUDIOS SOBRE LA HISTORIA DE LAS MUJERES EN PORTUGAL: LAS GRANDES LÍNEAS CONDUCTORAS A COMIENZOS DEL SIGLO XXI

Irene Vaquinhas²

RESUMO:

Neste estudo é feito um pequeno balanço das principais linhas de rumo da produção historiográfica portuguesa na área de estudos da história das mulheres e do género referentes aos séculos XIX e XX. Para além da problematização das principais questões teóricas e metodológicas que este campo de investigação levanta, é

¹ Este ensaio foi apresentado como uma comunicação, em Março de 2009, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil. Para uma versão mais completa deste artigo consulte-se, Irene Vaquinhas, "Estudos sobre as mulheres na área de história", in *"Senhoras e mulheres" na sociedade portuguesa do século XIX*, Lisboa, Edições Colibri, 2000, pp. 163-184; Irene Vaquinhas, "Linhas de investigação para a história das mulheres nos séculos XIX e XX. Breve esboço", in *"Nem Gatas Borralheiras, Nem Bonecas de Luxo. As Mulheres Portuguesas Sob o Olhar da História (Séculos XIX-XX)"*, Lisboa, Livros Horizonte, Junho 2005. Estes artigos incluem listagens de grande parte da bibliografia portuguesa disponível sobre esta área de estudos para os! Séculos XIX e XX.

² Professora associada com agregação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Portugal. Doutora em História lecciona História Moderna, História Contemporânea de Portugal e seminários de investigação, sobretudo no âmbito dos Mestrados (actualmente II Ciclos, adaptados a Bolonha) em *História Económica e Social Contemporânea e Museologia e Património Cultural*. É Directora do II Ciclo em História, Especialização em Museologia desde 2006. Membro do Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra. Foi membro, entre outras, das seguintes Comissões Organizadoras e/ou Científicas: Colóquio *A mulher na sociedade portuguesa* (Coimbra, Março de 1985); Curso de Verão *História Contemporânea de Portugal - Da Monarquia Constitucional à Primeira República* (Coimbra, Setembro de 1990); *Bibliografia Anual de História de Portugal*; Jornadas *As oficinas da história* (Novembro de 1999); Exposição *Imprensa da Universidade de Coimbra. A história, os homens e os livros* (Outubro 2001). Publicou, entre outros, os seguintes trabalhos: *Violência, justiça e sociedade rural. Os campos de Coimbra, Montemor-o-Velho e Penacova de 1858 a 1918*, Porto, Afrontamento, 1996; *"Senhoras e mulheres" na sociedade portuguesa do século XIX*, Lisboa, Edições Colibri, 2000; *Mulheres de Montemor-o-Velho. Breve relance histórico*, Câmara ara Municipal de Montemor-o-Velho, 2001; *Nem Gatas Borralheiras, Nem Bonecas de Luxo. As Mulheres Portuguesas Sob o Olhar da História (Séculos XIX-XX)*, Lisboa, Livros Horizonte, Junho 2005; Nome de Código 33856. *Os "jogos de fortuna ou azar" em Portugal entre a repressão e a tolerância (De finais do século XIX a 1927)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006; "Fora galego". Um caso de antilusitanismo no Pará na década de setenta do século XIX", *Os brasileiros da emigração, Seminário no Museu Bernardino Machado*, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 22 e 23 de Setembro de 1998, 1999, pp. 80-91; "Alguns aspectos da violência nos campos portugueses do século XIX", *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, tomo I, 2001, pp. 285-325. E-mail: irenemcv@fl.uc.pt

traçada, de uma forma breve, a “história da história” da evolução dos estudos em Portugal, bem como as grandes linhas temáticas que têm merecido a atenção dos historiadores, apontando-se as mais recentes contribuições.

Palavras-chave: História das mulheres e do género; História dos séculos XIX e XX; História de Portugal.

ABSTRACT:

This essay provides a brief survey of the major trends of Portuguese historiography in the field of 19th and 20th century history of women and gender. In addition to problematizing the principal theoretical and methodological questions raised by this research field, the author outlines a brief “history of the history” of its development in Portugal, and identifies the major themes that historians have been focusing on, pointing to the most recent contributions to the field.

Keywords: Women and gender’s history; History of 19th and 20th century; Portugal’s history.

RESUMEN:

Este estudio presenta un pequeño balance de las principales líneas que orientan la producción historiográfica portuguesa en el área de estudios de la historia de las mujeres y del género durante los siglos XIX y XX. Además de la problematización de las principales cuestiones teóricas y metodológicas que este campo de investigación plantea, se traza, de forma breve, la historia de la evolución de los estudios en Portugal, así como las grandes líneas temáticas que han atraído la atención de los historiadores, quedando igualmente apuntadas las más recientes aportaciones a este dominio.

Palabras clave: Historia de las mujeres y del género; Historia de los siglos XIX y XX; Historia de Portugal.

1 INTRODUÇÃO

A história das mulheres é uma das áreas de estudo que se desenvolveu em Portugal, a partir dos anos setenta, beneficiando da abertura política proporcionada pela revolução democrática de Abril de 1974. Partindo do pressuposto de que o silenciamento é uma forma de perda de identidade, a história das mulheres tem procurado recuperar a voz feminina como colectivo social no passado e afirmar a presença e o contributo das mulheres para o processo histórico.

Considerada pelo historiador português, José Mattoso, como "um dos movimentos mais fecundos da produção historiográfica mundial"³, esta área de estudos foi marcada, no seu início, por um esforço de legitimação, o qual funcionou como um estímulo à descoberta de novos territórios de estudo e sobretudo à "recriação" das fontes historiográficas, cuja ausência e subjectividade foram

³ José Mattoso, “Mulheres”, *História*, Ano XXII, (III série), nº 24, Abril 2000, p. 10.

apontadas como um obstáculo à realização de pesquisas científicas.

A multiplicação de trabalhos nos últimos tempos e a receptividade que tido por parte do público são, no entanto, a face visível do dinamismo deste território. Porém, por oposição a outros países onde o esforço de teorização tem sido notável, em Portugal, os estudos são, sobretudo, de cunho informativo, fundamentados num paciente trabalho de recolha de fontes históricas, embora abertos aos diálogos com outras disciplinas e correntes da história, bem como à crítica das fontes pela desmontagem do discurso ideológico que lhes está subjacente. Os estudos actuais são também bastante receptivos às problemáticas feministas e de género, em especial, no âmbito da história contemporânea e do tempo presente.

De forma a se poder compreender a evolução desta área de estudos, importa traçar os principais passos do caminho percorrido pela história das mulheres nas últimas décadas, em Portugal, desde a emergência como área de estudos à implantação institucional, bem como destacar o seu lugar no contexto da actual historiografia portuguesa.

2 SOBRE A "HISTÓRIA DA HISTÓRIA DAS MULHERES" EM PORTUGAL: PRINCIPAIS ETAPAS E BALIZAS CRONOLÓGICAS

2.1 Os anos setenta

Na verdade, tudo remonta ao 25 de Abril de 1974... O clima de liberdade que então se passou a viver em Portugal reflectiu-se, ao nível das ciências sociais, no estímulo dado a novas áreas de estudo, na renovação metodológica ou no interesse prestado a períodos históricos desprezados pela historiografia do regime a que a Revolução pusera fim. A história das mulheres foi um dos campos de investigação que então emergiu, beneficiando de uma série de circunstâncias favoráveis, em particular, a renovação da docência ministrada nas universidades, a influência da escola dos *Annales* e da "nova história" de orientação antropológica, dirigida para os estudos da vida privada e quotidiana, bem como alterações na própria sociedade portuguesa, mais concretamente, a entrada massiva de mulheres no ensino superior.

Os primeiros trabalhos neste domínio surgiram ainda em finais da década de sessenta, à margem da instituição universitária, no âmbito da oposição anti-fascista

ao regime político, sendo norteados por perspectivas feministas.

Destaca-se nesta primeira etapa da história das mulheres, a fase das "iniciativas esporádicas", como a qualifica Anne Cova⁴, a vontade de reparar uma injustiça, "retirando da sombra do esquecimento e da ignorância as mulheres que também fizeram a nossa história"⁵, dando-se-lhes visibilidade. As pesquisas orientaram-se em duas direcções principais: as origens da condição feminina e o estudo da pequena minoria de mulheres que, ao longo do tempo, puseram em causa a ordem masculina da sociedade: rainhas, sufragistas, jornalistas, entre outras. Este esforço de resgate da memória colectiva foi sobretudo feito pela *Comissão da Condição Feminina*, organismo estatal criado em 1977, a quem se deve a publicação de biografias de algumas mulheres que desempenharam um papel destacado na história de Portugal, de cunho essencialmente reabilitante.

2.2 Os anos oitenta

As investigações depressa abandonaram as heroínas, as sufragistas, as rainhas, para se debruçarem sobre as mulheres anónimas, das quais pouco ou nada se sabia. É na década de oitenta que, não obstante alguma indiferença académica, a história das mulheres se divulga no meio universitário. A feminização crescente do pessoal docente e dos públicos estudantis favoreceu um certo desenvolvimento dos *women's studies*.

Confirma-o a profusão de trabalhos publicados, a multiplicação de números temáticos de revistas e de colecções, a realização de jornadas e colóquios ou a criação de centros especializados. Uma vitalidade que se manifesta por todo o país, embora com maior incidência nas universidades de Lisboa e de Coimbra. Enquadra-se neste âmbito, a realização de dois importantes Congressos ("Mulheres em Portugal", e "A mulher na sociedade portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais" organizados respectivamente pelo Instituto de Ciências Sociais, de Lisboa, e pelo Instituto de História Económica e Social da Faculdade de Letras da

⁴ Anne Cova, "Escrever a história das mulheres", separata de *Actas dos V Cursos Internacionais de Verão de Cascais* (06 a 11 de Julho de 1998), Cascais, Câmara Municipal de Cascais, vol. 4, 1999, p. 119.

⁵ Maria Regina Tavares da Silva, "Mulheres portuguesas. Vidas e obras celebradas. Vidas e obras ignoradas", *Boletim da Comissão Feminina*, nº 4, 1981, pp. 37-51.

Universidade de Coimbra)⁶, que ajudaram a delimitar, com maior rigor, os objectivos, as metodologias e as fontes a utilizar, lançando pistas para futuras pesquisas.

A família, a condição jurídica e social, o trabalho, a educação e a intervenção feminina nos movimentos políticos e sociais constituíam os grandes temas aglutinadores, embora com desigual nível de produção. Se as estruturas familiares e de parentesco recenseavam grande número de trabalhos, já a participação das mulheres no mercado de trabalho era pouco explorada. A dificuldade de acesso às fontes, a escassez de testemunhos directos ou a dificuldade em coligir os vestígios indirectos, justificam, em parte, essa lacuna.

Com efeito, a história das mulheres em Portugal, durante este período, foi tributária da investigação no domínio da história da família, temática desenvolvida na esteira dos trabalhos de demografia histórica. Das análises demográficas passou-se ao estudo dos papéis e dos espaços femininos no quadro da instituição familiar e da vida privada, linha de pesquisa que prosseguiu em várias direcções, tendo como base núcleos documentais de várias procedências, embora com especial incidência nas fontes jurídicas (actos notariais, sobretudo escrituras de testamento e de dote, processos judiciais, documentação sobre expostos), bem como fontes normativas (códigos, ordenações e outros documentos legislativos, textos de conteúdo doutrinário divulgados na imprensa ou na rádio, entre outros).

O papel das mulheres na repartição dos patrimónios e nas práticas sucessoriais e de herança; a sua participação nas estratégias matrimoniais; a ilegitimidade; o seu estatuto no contexto da família burguesa ou o debate à volta do divórcio e da laicização do casamento são algumas das linhas de pesquisa desenvolvidas.

Já os temas sobre a condição jurídica e social exploram os discursos que, ao longo dos tempos, foram produzidos sobre as mulheres a partir de uma gama heterogénea de fontes (sermonário, cartas pastorais, folhetos volantes e literatura de cordel, imprensa periódica, relatos de viajantes, entre outras). As investigações feitas neste domínio articulam-se à volta de duas questões: as contradições entre as normas e a realidade, e a transformação dos papéis femininos, determinada, em

⁶ *Análise Social, Mulheres em Portugal. Comunicações ao Colóquio organizado pelo Instituto de Ciências Sociais*, 3ª série, vol. XXII núm. 92-93, 3º-4º, 1986; *A mulher na sociedade portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais. Actas do Colóquio*, 20 a 22 de Março de 1985, 2 vols., Coimbra, Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1986.

grande parte, pelo facto de se colo! car, na transição dos século XIX para! o XX, a questão da mudança da condição feminina, na sequência da industrialização e da modernização da sociedade portuguesa.

Duas temáticas rastreiam um grande número de trabalhos - a educação e a participação feminina nos movimentos políticos e sociais. Nesta área, sobressaem os estudos sobre o o debate travado sobre o acesso à instrução, bem como os inícios da profissionalização das mulheres como docentes. Já a emergência das correntes feministas, suas reivindicações, diferenças e afinidades, bem como a intervenção feminina em organizações pró-republicanas, como a Maçonaria ou os inícios de um jornalismo feminino, de conteúdo emancipador, polarizam a segunda vertente dos estudos.

O encontro da nova história social com a história das mulheres provocou, pois, um frutuoso debate historiográfico, consubstanciado numa grande abertura temática, na pluralidade de abordagens e de registos assim como a recusa das periodizações lineares ou das simplificações de uma história "adicional" que, não questionando o conceito de diferença de sexos, não modificava em nada a perspectiva de conjunto. Porém, ao contrário de outros países europeus que têm privilegiado os estudos de história oral, em Portugal este tipo de metodologia tem sido pouco utilizado, a não ser a título complementar.

É, por conseguinte, na década de oitenta que se assiste à progressiva consolidação dos estudos de história das mulheres nas instituições do ensino superior e ao seu reconhecimento como área científica. Às iniciativas esporádicas dos anos setenta, sucede uma certa sistematização dos trabalhos desenvolvidos decorrente, em parte, de uma maior articulação entre universidades, ministérios e mecanismos nacionais para a igualdade. Os programas curriculares começam a consagrar-lhe alguns temas e, tanto ao nível das licenciaturas como dos mestrados, atribui-se-lhe uma importância crescente. Todo este processo foi facilitado pela integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia, em 1986, bem como pela ratificação, por parte do Estado português, de deliberações internacionais sobre igualdade de oportunidades entre homens e mulheres em matéria de educação.

2.3 Dos anos noventa à actualidade

Todavia, a institucionalização dos *Estudos das Mulheres*, no âmbito do ensino

superior, como área específica do saber académico, bem como a sua integração nos programas oficiais dos planos curriculares, só ocorreu na década de noventa.

Tanto o ensino como a investigação sobre os *Estudos das Mulheres* têm conhecido, nos últimos anos, um surto visível nas universidades, desenvolvendo-se ao abrigo de disciplinas de opção, de seminários, de cursos de curta duração ou ainda pela abordagem de perspectivas teóricas e feministas na leccionação. De igual modo se têm constituído centros ou núcleos de estudos específicos sobre estas temáticas⁷. Igualmente se tem assistido a uma multiplicidade de eventos sobre a história das mulheres, dinamizados por estabelecimentos de ensino, câmaras municipais, museus, entre outros.

Ainda no contexto académico, é de referir a multiplicação de cursos, núcleos de estudos, centros de investigação ou associações, como a "Associação Portuguesa de Investigação Histórica sobre as Mulheres" (APIHM), criada em 1997⁸.

Em jeito de remate poder-se-ão subscrever as palavras, de teor optimista, de Marília Favinha, redigidas em 1999, à cerca das realizações respeitantes à história das mulheres e às relações entre os sexos: "no final do 2º milénio as questões femininas parecem terem sido repostas no seu lugar de direito"⁹. Repostas ou não, assistiu-se, a partir dos anos noventa, a um investimento, por parte das instituições do ensino superior e de algumas autarquias locais, nas problemáticas do feminino e do género, com impacto positivo na sociedade civil. Fruto da interdisciplinaridade e por razões de natureza teórica ou estratégica, a história das mulheres detém, na actualidade, um certo peso em algumas instituições, embora a maior parte da produção histórica se concentre nas universidades públicas portuguesas. Porém, desde 1990, quase todas as universidades (privadas ou públicas) publicam obras nesta área.

É sobretudo ao nível das teses de mestrado que se torna possível conhecer os avanços feitos nesta área do conhecimento histórico, quer no que

⁷ Eu própria, desde 1995, no âmbito do Mestrado em "História Económica e Social Contemporânea", da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, adaptado a II Ciclo, desde 2008, lecciono uma cadeira intitulada *As mulheres no mundo contemporâneo: história comparada*, embora tenha iniciado, nos anos oitenta, e no quadro de disciplinas do plano curricular da Licenciatura em História, o estudo de temas afins à história das mulheres (Cfr. *As mulheres no mundo contemporâneo. História comparada*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coleção Estudos, 2005).

⁸ Esta *Associação* tem como objectivo "promover, dinamizar e apoiar a investigação histórica sobre as mulheres, em Portugal". Desde 1998 tem organizado uma série de encontros sobre várias matérias.

⁹ Marília Favinha, 1999, "As mulheres em Congresso", *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, nº 1-2, p. 306.

respeita às novidades temáticas quer no que concerne às inovações de carácter metodológico. Ora, embora persistam as investigações em torno das grandes linhas programáticas já referidas, outras têm vindo a ganhar terreno, mantendo-se, no entanto, a incidência cronológica sobre a época contemporânea, seguida à distância pelas épocas medieval e moderna.

3 A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA SOBRE OS SÉCULOS XIX E XX: PRINCIPAIS LINHAS DE PESQUISA

A produção historiográfica portuguesa sobre a época contemporânea tem privilegiado o estudo da condição feminina, em detrimento da problematização das relações entre os homens e as mulheres no processo histórico.

Apesar de uma certa descontinuidade e dispersão temáticas, duas linhas de reflexão têm-se mantido constantes: por um lado, a construção social dos modelos dominantes de feminilidade, seus veículos de formação e articulação com a realidade; por outro lado, a progressiva incorporação das mulheres no espaço público ainda que com limitações.

A exemplo de outros países europeus, também em Portugal a construção do Estado-nação implicou a delimitação das fronteiras entre os espaços públicos e privados, os quais sendo sexualmente conotados, excluía as mulheres dos primeiros. Da aceitação desta partilha à sua contestação percorreu-se um longo caminho, através do qual se foi construindo a individualidade feminina como ser social e político, sendo as reivindicações de direitos, em especial da instrução, elementos-chave do acesso à cidadania.

As representações e os discursos sobre as mulheres têm, por conseguinte, constituído uma das vertentes das pesquisas. Os estudos disponíveis têm equacionado o lugar das mulheres na sociedade do seu tempo através da análise das normas e dos valores inculcados, das leituras recomendadas, dos modelos educativos propostos, dos locais de sociabilidade autorizados, ao mesmo tempo que definem os estereótipos dominantes da "boa filha, futura boa esposa e mãe". Ideais modelados pela instituição familiar, o agente educador e socializador por excelência, o qual se manterá inalterável pelo menos até ao primeiro terço do século XX.

Já para o período do Estado Novo (1933-1974) têm sido feitas análises das disposições do regime político relativamente às mulheres, salientando-se, em

particular, a apologia do "regresso ao lar", a "glorificação da maternidade" e de um certo modelo de "família", enquanto célula vital da sociedade. Relativamente ao período da I República (1910-1926), o salazarismo introduz, no princípio da igualdade dos sexos enunciado na Constituição de 1933, uma disposição específica que, "em nome das diferenças resultantes da natureza e do bem da família", negava às mulheres a completa igualdade com os homens. Neste domínio, o salazarismo permaneceu apegado à ideia tradicional de que as mulheres se situam do lado da natureza e os homens do lado da cultura, mantendo-se, por conseguinte, fiel às mensagens da igreja católica expressas nas encíclicas *Rerum Novarum* (1891) e *Quadragesimo anno* (1931).

Se associarmos a estes estudos, os realizados sobre a moda e conceitos de beleza durante a segunda metade do século XIX e a I República ou sobre os paradigmas femininos captados pela literatura poder-se-á dizer que possuímos uma visão bastante completa dos quadros de vida das mulheres dos meios burgueses, sobretudo urbanos. De igual forma, também foram estudadas as *garçonnes* portuguesas dos Anos Vinte (a *cabelos à Joãozinho* como era chamada no nosso país), a qual permitiu verificar que o conservadorismo da sociedade portuguesa restringiu as inovações aos cabelos e aos vestidos, não obstante o contexto geral ser de mudança, fruto não só da guerra mas também da crescente motorização da sociedade, da influência do cinema, do teatro, etc..

Já as mulheres de outros estratos sociais só pontualmente têm sido objecto de estudo. A falta de informações dificulta o conhecimento da participação feminina no mundo do trabalho, dispondo-se apenas de dados estatísticos seguros, coligidos através dos Recenseamentos da população, (evolução da população activa feminina, características da força de trabalho, etc.) para os anos posteriores a 1890¹⁰. A partir da última década do século XIX, as portuguesas começaram a marcar presença no sector da administração pública e funcionalismo do Estado¹¹, embora só a partir dos anos sessenta a sua presença seja significativa no sector

¹⁰ A população activa feminina cifrava-se em 17% no início do Estado Novo, alcançando a percentagem de 22,7% em 1952, valores estes que são muito próximos aos registados, para o mesmo período de tempo, em Itália, França e Alemanha. Uma parte significativa da população activa trabalhava no sector primário, sector que assistiu, nos anos sessenta, à feminização da agricultura por via da emigração e da guerra colonial (Cfr. Anne Cova; António Costa Pinto, 1997, ! 20 *O salazarismo e as mulheres. Uma abordagem comparativa!*, "Penélope", nº 17, 1997, pp. 75-76).

¹¹ Em 1930, as mulheres constituíam 7,1% de todo o funcionalismo do Estado, não contando com as empregadas dos correios, telégrafos e telefones.

terciário (33,9%). Ainda se sabe muito pouco sobre o tradicional mundo das profissões femininas urbanas (criadas, amas, lavadeiras, costureiras, leiteiras, etc.), o qual congregava uma parte importante da população activa, bem como do exercício de profissões que não se adequavam à imagem de "sexo fraco": estivadoras, carregadoras de malas, distribuidoras do correio, guardas-linha, entre outras.

Quanto ao operariado feminino, cujo peso na população activa era bem menor - cerca de 19% em 1900, 23,1% em 1911, 21% em 1930 -, os estudos disponíveis não vão além de informações sobre as condições de vida, de trabalho e de salários, ou de pequenos *flashes* sobre a intervenção feminina no movimento grevista e sindicalista. Enquadrado por estudos mais gerais sobre a génese do Estado-providência em Portugal tem-se analisado as legislações protectoras do trabalho feminino e infantil. Maior atenção tem merecido o discurso operário, captado sobretudo através da imprensa operária, quer o tradicionalista, hostil ao trabalho feminino fora do lar e elogioso para com a "dona de casa poupada e dócil", quer o anarco-sindicalista, pouco favorável às pretensões feministas relacionadas com o mercado de trabalho.

Pesquisas de demografia histórica têm avançado no conhecimento dos comportamentos matrimoniais e estruturas familiares das classes populares, e demonstrado a forte incidência do concubinato entre as camadas populares urbanas, situação semelhante à de outros centros urbanos europeus. A questão do divórcio também tem sido analisada, sobretudo através de processos judiciais.

O conhecimento das mulheres rurais tem progredido timidamente. Os avanços mais significativos provêm das investigações sobre a emigração, bem como dos trabalhos de antropólogos sensíveis à perspectiva histórica nas abordagens das comunidades rurais. A feminização da agricultura é um dado adquirido, fruto da emigração e, a partir dos anos sessenta, também da guerra colonial, com todas as implicações que daí decorrem (manutenção da agricultura de subsistência, importância da mulher na economia rural e nas estratégias patrimoniais, reforço da solidariedade feminina, etc.). A ilegitimidade e a exposição de crianças tem sido um frutuoso campo de estudo, demonstrando-se que a mãe-solteira era uma realidade do tecido social português embora se conheça pouco da sua situação concreta.

O mundo da marginalidade tem despertado um certo interesse, sobretudo no

que toca à delinquência e à prostituição¹².

Área pouco desenvolvida é a das biografias e da prosopografia, ou seja, das biografias de grupo. É certo que tanto o movimento feminista português do início do século XX, estreitamente vinculado ao republicanismo, como os movimentos de mulheres, sobretudo nos anos setenta da actualidade, impulsionaram as biografias de "mulheres notáveis", criando a sua própria galeria de "heroínas". Nos últimos tempos, a abertura ao público de arquivos privados tem permitido "descobrir" personalidades femininas com papel de destaque nos sectores empresariais, da cultura, do jornalismo ou reequacionado figuras de relevo na intervenção política.

A participação feminina em algumas actividades desportivas tem também despertado a atenção de historiadores, seja no que concerne à velocipedia, no decurso do século XIX, seja quanto à prática da ginástica durante o Estado Novo.

Os temas educativos têm sido muito analisados. O acesso à instrução foi uma das principais reivindicações do século XIX, mobilizando os sectores mais esclarecidos da sociedade portuguesa. Começando por ser considerado uma necessidade social, imprescindível à consolidação do Estado-nação, converteu-se, no final de Oitocentos, na principal exigência do movimento feminista português. A progressão do sexo feminino no sistema educativo; a criação dos ensinos secundário e técnico; o ensino religioso e o quotidiano dos colégios católicos; o debate sobre a coeducação e as resistências encontradas têm sido matérias analisadas com pormenor, através de uma gama variada de fontes: debates parlamentares, documentação dos ministérios, imprensa especializada, entre outras.

A evolução do feminismo tem constituído um frutuoso campo de pesquisa, incidindo a maioria dos trabalhos nos primeiros anos do século XX. Enquanto movimento organizado, o feminismo irrompeu na sociedade portuguesa no contexto da crise do sistema monárquico que antecedeu a implantação da República, o que favoreceu a sua ligação ao republicanismo e a outras forças democráticas, como a Maçonaria. Este caracteriza-se sobretudo por aspirações de carácter social (instrução, direitos civis, etc.), fundamentadas na tradicional argumentação maternalista. As organizações de mulheres, como a *Liga Republicana das Mulheres Portuguesas* (1908/9-1919), a *Associação de Propaganda Feminista* (1911-1918) ou

¹² As políticas prostitucionais adoptadas no fim da monarquia e durante a República já foram objecto de estudo, sobretudo no que respeita às propostas de tolerância da prostituição sujeita à matrícula e inspecção sanitárias, sendo estas articuladas com o desenvolvimento das ciências médicas e biológicas, inspiradoras de reformas no plano social.

o *Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas* (1914-1947) têm sido objecto de pesquisas, fruto sobretudo de uma análise exaustiva dos seus órgãos de propaganda.

De igual modo, se avançou no conhecimento do feminismo libertário dos anos vinte, suas contradições e confrontos no contexto do quadro político e ideológico da época.

Da mesma forma se tem investido no contributo das próprias mulheres para a elaboração dos discursos anti-feministas, em particular o tradicional discurso da domesticidade que reforçava a separação dos espaços públicos e privados e as confinava ao universo do lar e da família.

A ditadura militar, implantada em 1926, não proibiu a actividade de movimentos de mulheres e abriu a esfera política a uma pequena elite de mulheres¹³, situação que se manteve no Estado Novo. Trata-se, no entanto, de uma abertura que ocorreu num contexto hostil aos direitos sociais e civis adquiridos pelas mulheres durante a I República. As organizações femininas oficiais do regime salazarista, criadas no contexto da reforma nacionalista e católica do sistema educativo, tem sido um campo de estudo bastante explorado nos últimos tempos. Em contrapartida, ainda pouco se sabe da actividade das organizações católicas femininas. O mesmo não acontece com as organizações femininas que se destinavam a apoiar os militares durante a Guerra colonial, cujo conhecimento foi possibilitado pela abertura de alguns arquivos privados nos últimos anos (caso do *Movimento Nacional Feminino*, criado em 1961, ou da biografia da sua principal dirigente, Cecília Supico Pinto).

Uma outra linha de pesquisa tem privilegiado "as vozes femininas", captadas através da produção literária, jornalística ou artística. Jornais, revistas, obras didácticas ou de divulgação, produções artísticas, na sua dupla vertente de objecto/fonte de pesquisa histórica têm permitido dar à estampa uma! gama variada

¹³ No plano da cidadania política, as portuguesas obtiveram alguns magros direitos. Assim, por decreto de 5 de Maio de 1931, as mulheres maiores de 21 anos, com diplomas do ensino secundário ou superior, tiveram o direito de voto, enquanto para os homens bastava que soubessem ler e escrever. Em 1946, uma nova lei eleitoral alargou o âmbito da legislação anterior, concedendo o direito de voto às mulheres casadas (alfabetizadas ou analfabetas contribuintes). Somente em 1968, após a substituição de Salazar por Marcello Caetano, é que todas as mulheres conquistaram o direito de voto, o qual se fundamentou num parecer da Câmara Corporativa que sublinhava as vantagens desse facto "porque as mulheres são mais conservadoras do que os homens". O direito de sufrágio, todavia, não se aplicava às eleições municipais, para as quais só continuavam a votar os chefes de família.

de estudos que entrecruzam as perspectivas historiográficas com a crítica literária (feminista ou não).

4 EM JEITO DE BALANÇO FINAL

No termo desta comunicação convém destacar a importância que a história das mulheres adquiriu na investigação histórica feita em Portugal. É certo que não conduziu a uma renovação da história de Portugal, mas avançou em termos de problemáticas e compreensão dos fenómenos históricos.

Aumentaram igualmente as informações disponíveis, renovaram-se as fontes históricas ou ficou demonstrada a potencialidade de documentação até à data pouco explorada. No que concerne à história das mulheres dos finais do século XIX e inícios do século XX dispomos na actualidade de muitas informações. São também diversos os caminhos pelos quais os historiadores têm enveredado, embora haja ainda muitos campos a aprofundar (o exercício de profissões liberais, biografias de activistas ou de empresárias, etc.). Creio, no entanto, ter demonstrado a importância que a história das mulheres adquiriu no meu país.

Ensaio:
Recebido em: 13/04/2009
Aceito em: 24/06/2009